



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

SEGUNDO TRIMESTRE
30 DE JUNHO DE 2012

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	9
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	23

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	70
-------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	66.303
Preferenciais	8.309
Total	74.612
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2012	Dividendo	09/05/2012	Ordinária		0,77725
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2012	Dividendo	09/05/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	0,77725
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2012	Dividendo	09/05/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	0,85497

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	4.079.308	4.011.502
1.01	Ativo Circulante	1.255.501	1.227.478
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	322.466	236.788
1.01.02	Aplicações Financeiras	38.544	26.233
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	38.544	26.233
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	38.544	26.233
1.01.03	Contas a Receber	723.932	821.851
1.01.03.01	Clientes	723.932	821.851
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	723.932	821.851
1.01.04	Estoques	6.338	5.190
1.01.06	Tributos a Recuperar	67.226	56.276
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	67.226	56.276
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	67.226	56.276
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.533	2.307
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	90.462	78.833
1.01.08.03	Outros	90.462	78.833
1.01.08.03.01	Serviços em curso	70.182	58.851
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	20.280	19.982
1.02	Ativo Não Circulante	2.823.807	2.784.024
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.108.495	1.120.717
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	47.051	57.838
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	47.051	57.838
1.02.01.03	Contas a Receber	357.050	415.170
1.02.01.03.01	Clientes	357.050	415.170
1.02.01.06	Tributos Diferidos	121.299	118.526
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	121.299	118.526
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	583.095	529.183
1.02.01.09.03	Impostos de contribuições a recuperar	17.567	14.490
1.02.01.09.04	Benefício fiscal - Ágio incorporado a controladora	203.142	212.392
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	33.209	30.520
1.02.01.09.06	Concessão do serviço público (Ativo Financeiro)	327.019	269.623
1.02.01.09.07	Outros ativos não circulantes	2.158	2.158
1.02.02	Investimentos	2.734	2.467
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	2.734	2.467
1.02.02.02.01	Outros investimentos	2.734	2.467
1.02.04	Intangível	1.712.578	1.660.840
1.02.04.01	Intangíveis	1.712.578	1.660.840
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.712.578	1.660.840

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	4.079.308	4.011.502
2.01	Passivo Circulante	1.071.889	920.768
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.818	18.289
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.818	18.289
2.01.01.01.01	Salários e encargos a pagar	20.818	18.289
2.01.02	Fornecedores	340.137	260.609
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	340.137	260.609
2.01.03	Obrigações Fiscais	110.720	113.540
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.342	31.122
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.374	373
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	3.330	3.659
2.01.03.01.03	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	15.366	16.856
2.01.03.01.04	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.558	2.423
2.01.03.01.05	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	727	988
2.01.03.01.06	Parcelamento de tributos	0	790
2.01.03.01.07	Outros	5.987	6.033
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	77.194	80.854
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	77.194	80.854
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.184	1.564
2.01.03.03.01	Imposto sobre Serviço - ISS	1.184	1.564
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	352.269	362.978
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	161.316	168.648
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	159.923	167.108
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.393	1.540
2.01.04.02	Debêntures	190.953	194.330
2.01.05	Outras Obrigações	221.456	141.215
2.01.05.02	Outros	221.456	141.215
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	72.457	22.653
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	85.173	63.990
2.01.05.02.05	Outros Passivos	63.826	54.572
2.01.06	Provisões	26.489	24.137
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	26.489	24.137
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.495	5.086
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	14.266	15.233
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	5.728	3.818
2.02	Passivo Não Circulante	1.415.336	1.483.440
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.004.174	1.066.033
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	596.077	609.251
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	591.663	604.252
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.414	4.999
2.02.01.02	Debêntures	408.097	456.782
2.02.02	Outras Obrigações	83.448	86.248
2.02.02.02	Outros	83.448	86.248
2.02.02.02.03	Fornecedor	25.108	23.994
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	43.198	52.930

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	0	1.654
2.02.02.02.06	Outros passivos	15.142	7.670
2.02.04	Provisões	327.714	331.159
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	327.714	331.159
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.429	1.435
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	20.386	21.320
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	276.967	279.500
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	28.932	28.904
2.03	Patrimônio Líquido	1.592.083	1.607.294
2.03.01	Capital Social Realizado	590.174	590.174
2.03.02	Reservas de Capital	558.080	558.080
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	454.999	454.999
2.03.02.07	Remun. de bens direitos const. capital próprio	30.077	30.077
2.03.02.08	Reserva de incentivo fiscal	73.004	73.004
2.03.04	Reservas de Lucros	386.862	444.825
2.03.04.01	Reserva Legal	118.035	118.035
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	268.510	268.510
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	58.050
2.03.04.10	Outras reservas	317	230
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	37.798	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	19.169	14.215
2.03.08.01	Ganho sobre ativo disponível para venda	19.169	14.215

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	825.029	1.607.319	715.505	1.411.836
3.01.01	Receita Bruta	1.211.768	2.381.875	1.063.363	2.101.188
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-386.739	-774.556	-347.858	-689.352
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-711.086	-1.312.712	-520.590	-1.040.177
3.03	Resultado Bruto	113.943	294.607	194.915	371.659
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-111.785	-214.699	-72.076	-129.403
3.04.01	Despesas com Vendas	-71.899	-139.260	-32.471	-58.878
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-39.886	-75.439	-39.605	-70.525
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.158	79.908	122.839	242.256
3.06	Resultado Financeiro	-16.880	-33.665	-27.455	-51.520
3.06.01	Receitas Financeiras	29.160	62.685	33.411	76.255
3.06.02	Despesas Financeiras	-46.040	-96.350	-60.866	-127.775
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-14.722	46.243	95.384	190.736
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.644	-8.445	-15.559	-30.491
3.08.01	Corrente	7.067	-4.519	-3.856	-14.028
3.08.02	Diferido	-5.423	-3.926	-11.703	-16.463
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-13.078	37.798	79.825	160.245
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-13.078	37.798	79.825	160.245
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,17510	0,50610	1,06880	2,14560
3.99.01.02	PNA	-0,17510	0,50610	1,06880	2,14560
3.99.01.03	PNB	-0,19260	0,55670	1,17570	2,36010

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	-13.078	37.798	79.825	160.245
4.02	Outros Resultados Abrangentes	5.264	4.954	11.853	11.853
4.02.01	Ganhos (perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda	7.976	7.506	17.959	17.959
4.02.02	Tributos s/ ganhos (perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda	-2.712	-2.552	-6.106	-6.106
4.03	Resultado Abrangente do Período	-7.814	42.752	91.678	172.098

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	344.053	223.484
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	389.024	371.025
6.01.01.01	Lucro líquido do período (antes dos impostos)	46.243	190.736
6.01.01.02	Amortização	65.917	70.854
6.01.01.03	Encargos de dividas e atualizações monetárias e cambiais	68.985	80.632
6.01.01.05	Valor residual do ativo intangível baixado	5.176	216
6.01.01.06	Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	13.733	11.018
6.01.01.07	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	188.970	17.569
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-44.971	-147.541
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-32.931	-41.544
6.01.02.02	Impostos e contribuições a recuperar	-13.790	6.313
6.01.02.03	Estoque	-1.148	-1.137
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-2.201	-3.326
6.01.02.05	Despesas pagas antecipadamente	-4.226	-4.383
6.01.02.06	Outros Ativos	-16.634	-19.108
6.01.02.07	Fornecedores	80.642	-21.466
6.01.02.08	Salários e encargos a pagar	2.529	-3.186
6.01.02.09	Encargos de dividas e swap pagos	-52.612	-44.294
6.01.02.10	Taxas regulamentares	11.451	11.345
6.01.02.11	Impostos e contribuições a recolher	-7.465	-11.133
6.01.02.12	Indenizações/Contingências pagas	-14.210	-6.173
6.01.02.13	Entidade de previdência Privada	-11.102	-11.648
6.01.02.14	Outros passivos	16.726	2.199
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-172.681	-148.073
6.02.01	Aquisição de investimentos	-269	-372
6.02.02	Aquisição de intangível	-173.082	-152.160
6.02.03	Títulos e valores mobiliários	670	4.459
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-85.694	289.978
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	52.182	287.618
6.03.02	Captação de Debêntures	0	360.000
6.03.03	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-133.557	-265.937
6.03.04	Obrigações Vinculadas	3.840	1.923
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-8.159	-93.626
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	85.678	365.389
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	236.788	40.871
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	322.466	406.260

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	590.174	558.080	444.825	0	14.215	1.607.294
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	590.174	558.080	444.825	0	14.215	1.607.294
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-57.963	0	0	-57.963
5.04.06	Dividendos	0	0	-58.050	0	0	-58.050
5.04.08	Dividendos prescritos (reversão)	0	0	87	0	0	87
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.798	4.954	42.752
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	37.798	0	37.798
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.954	4.954
5.07	Saldos Finais	590.174	558.080	386.862	37.798	19.169	1.592.083

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	590.174	558.080	396.274	0	6.843	1.551.371
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	590.174	558.080	396.274	0	6.843	1.551.371
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-50.357	-44.826	0	-95.183
5.04.06	Dividendos	0	0	-50.357	0	0	-50.357
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-44.826	0	-44.826
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	160.245	11.853	172.098
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	160.245	0	160.245
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	11.853	11.853
5.05.02.06	Ajustes ativos financeiros da concessão	0	0	0	0	17.959	17.959
5.05.02.07	Tributos s/ ajustes ativos financeiros da concessão	0	0	0	0	-6.106	-6.106
5.07	Saldos Finais	590.174	558.080	345.917	115.419	18.696	1.628.286

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	2.192.901	2.082.970
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.381.875	2.101.188
7.01.02	Outras Receitas	-4	-649
7.01.02.01	Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	-4	-649
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-188.970	-17.569
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.187.118	-1.001.172
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-880.880	-744.032
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-306.238	-257.140
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.005.783	1.081.798
7.04	Retenções	-65.917	-70.855
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-65.917	-70.855
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	939.866	1.010.943
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	62.685	76.255
7.06.02	Receitas Financeiras	62.685	76.255
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.002.551	1.087.198
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.002.551	1.087.198
7.08.01	Pessoal	70.092	64.377
7.08.01.01	Remuneração Direta	52.137	50.936
7.08.01.02	Benefícios	19.875	21.352
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.011	8.350
7.08.01.04	Outros	-10.931	-16.261
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	797.399	733.880
7.08.02.01	Federais	340.278	330.487
7.08.02.02	Estaduais	455.169	401.551
7.08.02.03	Municipais	1.952	1.842
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	97.262	128.695
7.08.03.01	Juros	96.350	127.775
7.08.03.02	Aluguéis	912	920
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	37.798	160.246
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	44.826
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	37.798	115.420

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2012

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. ÁREA DE CONCESSÃO

A Companhia Energética de Pernambuco - CELPE é uma distribuidora de energia elétrica, com atuação em todo o Estado de Pernambuco e no município de Pedra de Fogo, no Estado da Paraíba, cuja população estimada é de 8,835 milhões de habitantes em 185 municípios e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha - PE. Sua área de concessão engloba 98.547 Km².

2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

2.1 MERCADO

2.1.1 CONSUMIDORES

Descrição	Evolução do número de consumidores ativos (*)					
	2º Trimestre		Composição Vertical		Variação Horizontal	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11	2ºTrim/12 - 2º Trim/11	
				Quantidade	%	
Residencial	2.780.646	2.719.690	86,9%	86,7%	60.956	2,2%
Industrial	12.579	13.319	0,4%	0,4%	(740)	-5,6%
Comercial	199.084	200.334	6,2%	6,4%	(1.250)	-0,6%
Rural	177.696	173.609	5,6%	5,5%	4.087	2,4%
Poder Público	22.060	21.769	0,7%	0,7%	291	1,3%
Iluminação Pública	5.381	5.240	0,2%	0,2%	141	2,7%
Serviço Público	2.908	2.639	0,1%	0,1%	269	10,2%
Subtotal	3.200.354	3.136.600	100,0%	100,0%	63.754	2,0%
Consumo Próprio	936	914	0,0%	0,0%	22	2,4%
Suprimento	34	37	0,0%	0,0%	(3)	-8,1%
Total	3.201.324	3.137.551	100,0%	100,0%	63.773	2,0%

(*) Incluindo novos clientes sem o primeiro faturamento.

Em 30 de junho de 2012, o número de consumidores ativos apresentou um crescimento de 2,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que significa um incremento de 63.773 novos consumidores, representando cerca de 174 novas ligações por dia.

A classe residencial, que representa 86,9% do total de consumidores, apresentou um crescimento de 2,2%. Tal resultado é reflexo do crescimento da construção civil no estado nos últimos anos. O desenvolvimento econômico que o estado vem vivendo tem propiciado a criação de novos empreendimentos imobiliários que além de atender a uma demanda do público interno também atinge à população que migra de outras regiões do país para aproveitar as novas oportunidades que Pernambuco vem oferecendo. O crescimento de Pernambuco em comparação com o nacional pode ser visualizado a partir da análise do PIB do primeiro trimestre de 2012 cujo crescimento no estado foi de

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2012

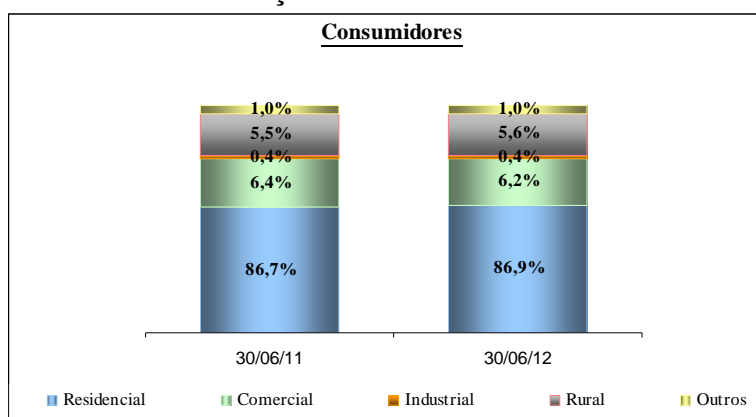
01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

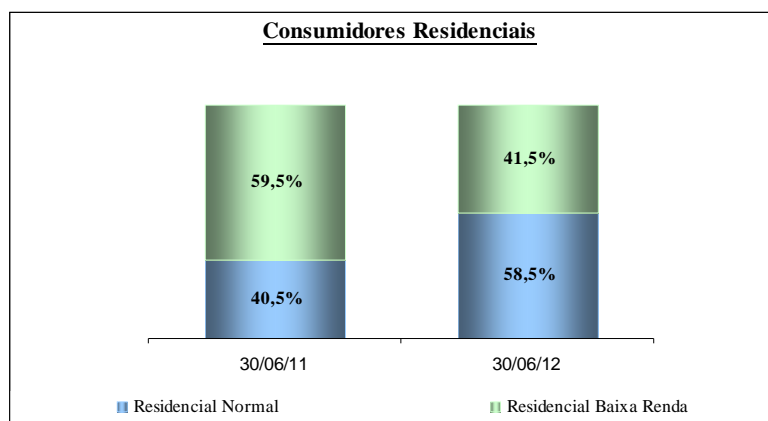
4,6% em relação ao mesmo período de 2011 contra 0,8% de crescimento no país para igual período, de acordo com dados preliminares divulgados pela Agência CONDEPE/FIDEM.

2.1.1.1. PARTICIPAÇÃO DE CONSUMIDORES POR CLASSE DE CONSUMO



2.1.1.2. PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO BAIXA RENDA NA CLASSE RESIDENCIAL

A participação de clientes de baixa renda mostra uma queda comparado com o mesmo período do ano anterior, em virtude da migração de consumidores de baixa renda para a faixa de residencial normal, devido a mudança nas faixas de consumo do baixa renda, conforme a adequação a resolução 414 da ANEEL. Além disso, também para atender determinação da resolução 414, houve baixa de contratos de clientes cortados que não apresentavam evolução de consumo nos últimos três meses.



Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2012

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

2.1.2 CONSUMO

Descrição	Evolução do Consumo por classe em MWh					
	2º Trimestre		Composição Vertical %		Variação Horizontal	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	2ºTrim/12 - 2º Trim/11	
					Quantidade	%
Residencial	1.001.702	974.907	39,4%	38,7%	26.795	2,7%
Industrial	391.218	490.946	15,4%	19,5%	(99.728)	-20,3%
Comercial	564.841	512.171	22,2%	20,4%	52.670	10,3%
Rural	165.662	142.192	6,5%	5,7%	23.470	16,5%
Poder Público	159.142	144.584	6,3%	5,7%	14.558	10,1%
Iluminação Pública	101.536	100.304	4,0%	4,0%	1.232	1,2%
Serviço Público	155.167	147.840	6,1%	5,9%	7.327	5,0%
Subtotal	2.539.268	2.512.944	99,9%	99,9%	26.324	1,0%
Consumo Próprio	3.326	3.547	0,1%	0,1%	(221)	-6,2%
Total	2.542.594	2.516.491	100,0%	100,0%	26.103	1,0%

No segundo trimestre de 2012, o mercado cativo de energia da CELPE apresentou um aumento de 1,0%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Quando considerado o mercado cativo mais mercado livre, o crescimento foi de 6,6%. A migração de clientes para o ambiente livre explica tal diferença entre a variação do mercado cativo e do mercado distribuído.

O cenário econômico nacional é de desaceleração do crescimento. O IPCA subiu 0,08% em junho/12 em relação a junho/11. Isto mostra uma desaceleração no crescimento da inflação, tendo em vista que o crescimento acumulado nos últimos 12 meses caiu de 4,99% em maio/12 para os atuais 4,92%. A expectativa de mercado apresentada no relatório Focus do Banco Central para o crescimento do PIB 2012 também foi 2,01%, a mais baixa do ano.

Em virtude da desaceleração da inflação e do baixo crescimento da economia, o governo vem baixando a taxa Selic numa tentativa de estimular a economia. Na reunião do Copom realizada no dia 11 de julho de 2012, a Taxa Selic baixou para 8,0% a.a.

A análise do clima mostra uma maior variação na temperatura média do período, que subiu de 24,60° no segundo trimestre de 2011 para 25,43° no mesmo período deste ano. O aumento da temperatura afeta principalmente as classes residencial, comercial e poder público, em virtude da maior necessidade de utilização de equipamentos de refrigeração. Estas classes cresceram respectivamente 2,7%, 10,3% e 10,1% na análise do segundo trimestre de 2012 em comparação com o mesmo período de 2011. A precipitação média caiu cerca de 72% no referido período e a diminuição no volume de chuvas afeta

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2012

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

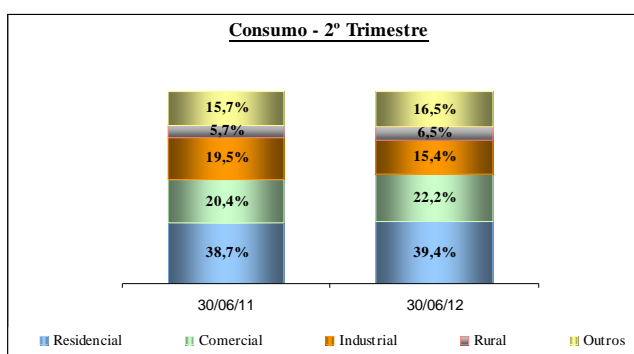
05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

significativamente a classe rural, pois implica em maior necessidade de bombeamento de água e consumo de energia elétrica.

Em função da movimentação de grandes clientes entre os ambientes de livre contratação e o ambiente regulado, a classe Industrial apresentou taxa negativa de crescimento, registrando -20,3%.

2.1.2.1 PARTICIPAÇÃO NO MERCADO POR CLASSE – EM MWh

A participação das classes vem mantendo-se estável nos últimos anos, com tendência de aumento da parcela industrial no médio e longo prazos em função dos grandes investimentos que estão acontecendo no Estado.



Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2012

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

3. BALANÇO ENERGÉTICO – MWh

LEILÕES ENERGIA EXISTENTE				CONTRATOS				RESIDENCIAL		%	
1.691.166	159142,00			3.182.964				1.001.702		39,40	
1.658.815	52,12			3.192.129				974.907		38,74	
LEILÕES ENERGIA NOVA		%		GER. PRÓPRIA				MERCADO		%	
871.944	27,39			3.430				2.542.594		69,95	
780.006	24,51			3.565				2.516.491		77,74	
LEILÕES DE FONTE ALTERNATIVA		%		MERCADO LIVRE		INJETADA		MERCADO LIVRE		%	
7.635	0,24			362.480		3.634.887		362.480		9,97	
7.013	0,22			207.895		3.236.909		207.895		6,42	
TERMOPE		%		SUP. EM GROSSO (FRONTEIRA)				SUP. EM GROSSO (FRONTEIRA)		%	
851.760	26,76			44.717				44.717		1,23	
851.760	26,68			30.589				30.589		0,95	
NC ENERGIA		%		PERDAS REDE BÁSICA				PERDAS DISTRIBUIÇÃO		%	
	0,00			(77.790)				685.095		18,85	
-	0,00			(65.328)				481.934		14,89	
PROINFA		%		SOBRAS							
61.893	1,94			-							
59.650	1,87			(137.633)							
MCSD		%		DÉFICITS							
(301.433)	(9,47)			119.085							
(165.115)	(5,17)			5.692							

Legenda:

2º Trimestre 2012
2º Trimestre 2011

O Balanço Energético da Companhia indica que do montante da energia injetada, 70% foi destinado ao mercado próprio da distribuidora, enquanto 10% atendeu ao mercado livre, conforme a legislação do setor elétrico, que garante acesso à rede de distribuição aos consumidores que atendam aos requisitos de livre escolha do seu fornecedor de energia.

O mercado próprio da distribuidora exigiu 2.542.594 MWh, de energia durante o trimestre, representando um aumento de 1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar do crescimento vegetativo da carga do estado de Pernambuco, a variação sofreu influência da migração de clientes para o ambiente de contratação livre (ACL).

Por outro lado, O mercado livre exigiu a entrega de 362.480 MWh de energia durante o trimestre, representando um aumento de 74,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse acréscimo foi devido, principalmente à migração de clientes para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) no ano anterior, acrescido daqueles que migraram para o Ambiente de Contratação Livre em 2012, que foram: Alcoa, M&G, Pastipack e Rexan em janeiro/2012; Bunge em fevereiro/2012; Maxpet e Ind. de

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2012

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

bebidas Igarasu, Maxpetem março/2012; Camargo Correa Cimentos, Votorantim Cimentos e ASA em abril/12; Shopping Caruaru, Hospital Português, Primo e três unidades do Bompreço em junho/12.

4. INVESTIMENTOS

	2º Trimestre/2012	Acumulado até 30/06/12
	Investimento	Investimento
	Total	Total
Geração	310	774
Distribuição	95.831	163.947
Comercialização	36	71
Administração	5.415	8.292
Total	101.592	173.083

A Companhia vem realizando investimentos significativos tanto na área técnica quanto na comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia, atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes. No segundo trimestre de 2012 foram investidos cerca de R\$ 101.592.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados ao atendimento às novas ligações de clientes urbanos e rurais, renovação da rede de distribuição de média e baixa tensão, expansão do sistema elétrico para atendimento ao aumento da demanda e combate às perdas de energia elétrica.

O resultado dos investimentos pode ser evidenciado na evolução dos ativos do sistema elétrico da Companhia. Os principais projetos em andamento são:

- Expansão e renovação em subestações e linhas de subtransmissão;
- Automação da rede de distribuição;
- Melhoramento de rede de distribuição;
- Novas ligações.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2012

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE**5.1 RESULTADO DO PERÍODO**

	2º Trimestre		Variação	
	2012	2011	R\$ mil	%
Receita Bruta	1.211.768	1.063.363	148.405	14,0%
Deduções da Receita Bruta	(386.739)	(347.858)	(38.881)	11,2%
Receita Líquida	825.029	715.505	109.524	15,3%
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(711.086)	(520.590)	(190.496)	36,6%
Resultado Bruto	113.943	194.915	(80.972)	-41,5%
Despesas com vendas/gerais e administrativas	(111.785)	(72.076)	(39.709)	55,1%
Resultado do Serviço	2.158	122.839	(120.681)	-98,2%
(-) Amortização	34.781	35.032	(251)	-0,7%
(-) Resultado na Alienação/Desativação de Bens e Direitos	(18)	93	(111)	-119,4%
EBITDA	36.921	157.964	(121.043)	-76,6%
Resultado Financeiro	(16.880)	(27.455)	10.575	-38,5%
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	(14.722)	95.384	(110.106)	-115,4%
IR e CSLL	1.644	(15.559)	17.203	-110,6%
Lucro do Período	(13.078)	79.825	(92.903)	-116,4%

5.1.1 RECEITA LÍQUIDA

A Companhia apresentou no segundo trimestre de 2012 uma receita líquida de R\$ 825.029 contra R\$ 715.505 do mesmo período do ano anterior, representando uma variação favorável de 15,3%.

Essa variação é decorrente principalmente:

✓ Das receitas de:

- Fornecimento de energia elétrica, por apresentar variação favorável de R\$ 96.899, decorrente da realização da tarifa superior ao mesmo período do ano anterior, em quase todas as classes;
- Disponibilização do sistema de distribuição, por apresentar variação favorável de R\$ 40.966, decorrente principalmente da migração de clientes para o Ambiente de Contratação Livre em 2012;
- Receita de construção variação favorável de R\$ 20.256, que não produz efeito líquido no resultado da empresa devido à sua contrapartida no custo. As receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria foram contabilizadas em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 17 – Contratos de Construção, que estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas aos contratos de construção.

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2012

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

✓ Das deduções da receita:

▪ ICMS, por apresentar variação desfavorável de R\$ 24.558, devido principalmente ao aumento da receita bruta.

▪ PIS/COFINS, por apresentar variação desfavorável de R\$ 16.192, devido principalmente ao aumento da receita bruta.

▪ Conta de Consumo de Combustível - CCC, por apresentar variação favorável de R\$ 9.619, devido principalmente à quota fixada pela ANEEL, conforme Resolução Homologatória nº 1.283/2012 e Nota Técnica SRG – SRE/ANEEL nº 033/2012.

5.1.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Trimestre		Variação	
	2012	2011	R\$ mil	%
Custos e Despesas Não-Gerenciáveis:				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(434.429)	(327.788)	(106.641)	32,5%
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão/Distribuição	(43.480)	(38.742)	(4.738)	12,2%
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica - TFSEE	(1.474)	(1.474)	-	0,0%
	<u>(479.383)</u>	<u>(368.004)</u>	<u>(111.379)</u>	<u>30,3%</u>
Custos e Despesas Gerenciáveis:				
Pessoal e Administradores	(40.343)	(40.768)	425	-1,0%
Material	(2.473)	(3.040)	567	-18,7%
Serviços de Terceiros	(56.313)	(43.001)	(13.312)	31,0%
Amortização	(34.781)	(35.033)	252	-0,7%
Provisões Líquidas – PCLD	(98.379)	(10.567)	(87.812)	831,0%
Provisões Líquidas – Contingências	(782)	(5.301)	4.519	-85,2%
Custo de Construção	(101.114)	(80.858)	(20.256)	25,1%
Outros	(9.303)	(6.094)	(3.209)	52,7%
	<u>(343.488)</u>	<u>(224.662)</u>	<u>(118.826)</u>	<u>52,9%</u>
Total	<u><u>(822.871)</u></u>	<u><u>(592.666)</u></u>	<u><u>(230.205)</u></u>	<u><u>38,8%</u></u>

Os custos e despesas operacionais no segundo trimestre de 2012 tiveram um acréscimo de 38,8%, correspondendo a R\$ 230.205 em relação ao mesmo trimestre do exercício de 2011.

Os principais fatores que contribuíram para esse fato foram:

- ✓ Energia elétrica comprada para revenda, em função da necessidade de compra de energia para atender as cargas industriais no complexo industrial de SUAPE. E também, das despesas das térmicas no mercado de curto

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2012

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

prazo, provocadas pelo atraso do início de operação e ações judiciais levantadas por elas.

- ✓ Serviços de terceiros, devido principalmente:
 - Reajustes nos preços dos serviços das novas contratações;
 - Leituras e entrega de contas - aumento das turmas para a realização das leituras mensais;
 - Desligação e religação - incremento das intervenções de cobrança;
 - Manutenção corretiva - aumento das turmas de plantão leve e de iluminação pública; e
 - Serviços Jurídicos - aumento decorrente de honorários extraordinários.
- ✓ Provisões líquidas - PCLD, em função da adequação aos novos processos de cobrança.
- ✓ Custo de construção variação desfavorável de R\$ 20.256, que não produz efeito líquido no resultado da empresa devido à sua contrapartida na receita, conforme mencionado na variação da Receita.

5.1.3 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2º Trimestre		Variação	
	2012	2011	R\$ mil	%
Renda de aplicações financeiras	7.078	11.120	(4.042)	-36,3%
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	13.286	10.573	2.713	25,7%
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidos)	(30.777)	(44.883)	14.106	-31,4%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(6.467)	(4.265)	(2.202)	51,6%
Total	(16.880)	(27.455)	10.575	-38,5%

O resultado financeiro apresentou uma variação favorável de 38,5%, impactando em R\$ 10.575, passando de R\$ 27.455 de despesa no segundo trimestre de 2011 para R\$ 16.880 no mesmo período de 2012.

Essa variação deve-se principalmente a:

- ✓ Renda de aplicações financeiras que apresentou variação negativa de R\$ 4.042, devido principalmente a redução da rentabilidade por movimentação do mercado;

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2012

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- ✓ Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidos) que apresentou variação positiva de R\$ 14.106, devido basicamente ao endividamento da companhia, tais como 4ª emissão de debêntures, BB Agroindustrial e SAFRA no 2º trimestre de 2011.

5.1.4 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Empresariais	Acumulado até		Variação % 2012/2011
	30/06/12	30/06/11	
Indicadores Econômicos			
Receita Operacional Bruta	2.381.875	2.101.188	13,36%
Receita Operacional Líquida	1.607.319	1.411.836	13,85%
EBITDA	145.827	313.760	-53,52%
Resultado do Serviço	79.908	242.904	-67,10%
Resultado Financeiro sem Juros Sobre Capital Próprio	(33.665)	(51.520)	-34,66%
Lucro Líquido	37.798	160.894	-76,51%
Margem EBITDA (%)	9,07%	22,22%	-13,15%
Margem Operacional (%)	4,97%	17,20%	-12,23%
Margem Líquida (%)	2,35%	11,40%	-9,04%
Indicadores Financeiros			
Ativo Total	4.079.308	4.122.317	-1,0%
Dívida Bruta	1.501.537	1.727.201	-13,1%
Patrimônio Líquido	1.592.083	1.628.286	-2,2%
Investimentos	173.083	130.069	33,1%
Dívida Total Líquida das Disponibilidades e Aplicações em Títulos	1.093.476	1.242.656	-12,0%
Dívida Total Líquida / EBITDA (*)	2,735	2,138	27,9%
Dívida Total Líquida / (Dívida Total Líquida + Patrimônio Líquido)	0,407	0,433	-5,9%
Dívida de Curto Prazo Líquida / Dívida Total Líquida	0,004	(0,003)	-234,4%
Patrimônio Líquido / Ativo Total	0,390	0,395	-1,2%
(*) EBITDA - Análise dos últimos 12 meses.	399.839	581.345	-31,2%

Em 30 de junho de 2012, houve um aumento da relação Dívida Total Líquida/EBITDA em 27,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, resultante principalmente pela redução do EBITDA (*) em 31,2%.

Indicadores de Produtividade			Variação % 2012/2011
	30/06/12	30/06/11	
Nº de Empregados	1.667	1.663	0,2%
Nº de Consumidores	3.201.324	3.137.551	2,0%
Consumidores/Empregados	1.920	1.887	1,8%
Receita Operacional Líquida/Empregados	964	849	13,6%

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/06/2012

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Em 30 de junho de 2012, o número de empregados da empresa apresentou um aumento de 0,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, em função da necessidade de novas contratações.

A receita operacional líquida até junho desse ano apresentou aumento de 13,85% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que justifica o acréscimo de 13,6% do índice ROL/empregados.

Conciliação EBITDA	2º Trimestre		Variação % 2012/2011	Acumulado até		Variação % 2012/2011
	30/06/12	30/06/11		30/06/12	30/06/11	
Lucro líquido	(13.078)	79.825	-116,4%	37.798	160.245	-76,4%
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	-	(22.413)	-100,0%	-	(44.826)	-100,0%
Despesas financeiras	46.038	83.279	-44,7%	96.349	172.601	-44,2%
Receitas financeiras	(29.161)	(33.410)	-12,7%	(62.686)	(76.254)	-17,8%
Resultado na Alienação/Desativação de Bens e Direitos	(18)	94	-119,0%	4	648	-99,4%
Imposto de renda	(6.270)	10.436	-160,1%	(805)	20.245	-104,0%
Amortização	34.781	35.032	-0,7%	65.917	70.855	-7,0%
Amortização de ágio	4.625	5.123	-9,7%	9.250	10.246	-9,7%
EBITDA	36.917	157.965	-76,6%	145.827	313.760	-53,5%

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	322.466	236.788
Contas a receber de clientes e outros	4	723.932	821.851
Títulos e valores mobiliários	5	38.544	26.233
Impostos e contribuições a recuperar	6	67.226	56.276
Estoques		6.338	5.190
Despesas pagas antecipadamente		6.533	2.307
Serviços em curso	7	70.182	58.851
Outros ativos circulantes	8	20.280	19.982
TOTAL DO CIRCULANTE		1.255.501	1.227.478
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	4	357.050	415.170
Títulos e valores mobiliários	5	47.051	57.838
Impostos e contribuições a recuperar	6	17.567	14.490
Impostos e contribuições sociais diferidos	9	121.299	118.526
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora		203.142	212.392
Depósitos judiciais	10	33.209	30.520
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11	327.019	269.623
Outros ativos não circulantes	8	2.158	2.158
Investimentos		2.734	2.467
Intangível	12	1.712.578	1.660.840
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.823.807	2.784.024
TOTAL DO ATIVO		4.079.308	4.011.502

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/06/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	340.137	260.609
Empréstimos e financiamentos	14	161.316	168.648
Debêntures	15	190.953	194.330
Salários e encargos a pagar	16	20.818	18.289
Taxas regulamentares	17	85.173	63.990
Impostos e contribuições a recolher	18	110.720	113.540
Dividendos e juros sobre capital proprio	19	72.457	22.653
Provisões	20	12.223	8.904
Entidade de previdência privada	28	14.266	15.233
Outros passivos circulantes	21	63.826	54.572
TOTAL DO CIRCULANTE		1.071.889	920.768
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	13	25.108	23.994
Empréstimos e financiamentos	14	596.077	609.251
Debêntures	15	408.097	456.782
Taxas regulamentares	17	43.198	52.930
Impostos e contribuições a recolher	18	-	1.654
Provisões	20	50.747	51.659
Entidade de previdência privada	28	276.967	279.500
Outros passivos não circulantes	21	15.142	7.670
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.415.336	1.483.440
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	22		
Capital social		590.174	590.174
Reservas de capital		558.080	558.080
Reservas de lucros		386.862	386.775
Outros resultados abrangentes		19.169	14.215
Proposta de Distribuição de dividendos adicional		-	58.050
Lucro/Prejuízo acumulado		37.798	-
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO		1.592.083	1.607.294
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LÍQUIDO		4.079.308	4.011.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Notas	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012	01/04/2011 a 30/06/2011	01/01/2011 a 30/06/2011
RECEITA LÍQUIDA	23	825.029	1.607.319	715.505	1.411.836
CUSTO DO SERVIÇO	24	(711.086)	(1.312.712)	(520.590)	(1.040.177)
LUCRO BRUTO		113.943	294.607	194.915	371.659
Despesas com vendas	24	(71.899)	(139.260)	(32.471)	(58.878)
Despesas gerais e administrativas	24	(39.886)	(75.439)	(39.605)	(70.525)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		2.158	79.908	122.839	242.256
Resultado financeiro		(16.880)	(33.665)	(27.455)	(51.520)
Receita financeira	25	29.160	62.685	33.411	76.255
Despesa financeira	25	(46.040)	(96.350)	(60.866)	(127.775)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS		(14.722)	46.243	95.384	190.736
Imposto de renda e contribuição social		1.644	(8.445)	(15.559)	(30.491)
Corrente	9	10.315	(12.085)	(14.067)	(34.360)
Diferido	9	(797)	5.326	(6.580)	(6.217)
Imposto de renda - SUDENE	9	(3.248)	7.566	10.211	20.332
Amortização ágio e reversão FMPL	9	(4.626)	(9.252)	(5.123)	(10.246)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(13.078)	37.798	79.825	160.245
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:					
Ordinária		-0,1751	0,5061	1,0688	2,1456
Preferencial A		-0,1751	0,5061	1,0688	2,1456
Preferencial B		-0,1926	0,5567	1,1757	2,3601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012	01/04/2011 a 30/06/2011	01/01/2011 a 30/06/2011
Lucro (Prejuízo) do período	(13.078)	37.798	79.825	160.245
Outros resultados abrangentes				
Ganhos (perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda	7.976	7.506	17.959	17.959
Tributos s/ ganhos (perda) sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(2.712)	(2.552)	(6.106)	(6.106)
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	5.264	4.954	11.853	11.853
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	(7.814)	42.752	91.678	172.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Reserva de Capital					Reservas de Lucros					Outros Resultados Abangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ações	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva Legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Outras Reservas de Lucros					
Saldo em 31 de março de 2012	590.174	30.077	454.999	73.004	268.510	118.035	230	13.905	50.876	58.050	1.657.860			
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(58.050)	87			
Aprovação da proposta de dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(58.050)	(57.963)			
Transições de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.078)			
Pejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.976			
Ajustes ativos financeiros da Concessão (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.712)			
Tributos e ajustes ativos financeiros da Concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.264			
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Saldo em 30 de junho de 2012	590.174	30.077	454.999	73.004	268.510	118.035	317	19.169	37.798	-	1.592.083			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	590.174	30.077	454.999	73.004	268.510	118.035	230	14.215	-	58.050	1.607.294			
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(58.050)	87			
Aprovação da proposta de dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(58.050)	(57.965)			
Transições de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37.798			
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	37.798	-	7.506			
Ajustes ativos financeiros da Concessão (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.552)			
Tributos e ajustes ativos financeiros da Concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.954			
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Saldo em 30 de junho de 2012	590.174	30.077	454.999	73.004	268.510	118.035	317	19.169	37.798	-	1.592.083			

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

	Reserva de Capital				Reservas de Lucros				Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Agio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Outras Reservas de Lucros						
Saldo em 31 de março de 2011	30.077	454.999	73.004	227.882	118.035	-	-	6.843	58.007	50.357	1.609.378	
Aprovação da proposta de dividendos adicional Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.357)	(50.357)	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	79.825	-	79.825	
Ajustes ativos financeiros da Concessão Tributos & ajustes ativos financeiros da Concessão Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	17.959	(6.106)	-	-	17.959 (6.106) 11.853	
Destinações: Juros sobre capital próprio (Nota 19) Saldo em 30 de junho de 2011	30.077	454.999	73.004	227.882	118.035	-	-	18.696	115.419	(50.357)	1.628.286	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	30.077	454.999	73.004	227.882	118.035	-	-	6.843	-	50.357	1.551.371	
Aprovação da proposta de dividendos adicional Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.357)	(50.357)	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	160.245	-	160.245	
Ajustes ativos financeiros da Concessão Tributos & ajustes ativos financeiros da Concessão Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	17.959	(6.106)	-	-	17.959 (6.106) 11.853	
Destinações: Juros sobre capital próprio (Nota 19) Saldo em 30 de junho de 2011	30.077	454.999	73.004	227.882	118.035	-	-	18.696	115.419	(44.826)	1.628.286	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	<u>01/04/2012 a 30/06/2012</u>	<u>01/01/2012 a 30/06/2012</u>	<u>01/04/2011 a 30/06/2011</u>	<u>01/01/2011 a 30/06/2011</u>
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Lucro (Prejuízo) do Período Antes dos Impostos	(14.722)	46.243	95.384	190.736
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Amortização	34.781	65.917	35.032	70.854
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	32.134	68.985	45.264	80.632
Valor residual do ativo intangível baixado	3.787	5.176	732	216
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	8.991	13.733	6.964	11.018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	98.379	188.970	10.567	17.569
	<u>163.350</u>	<u>389.024</u>	<u>193.943</u>	<u>371.025</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Contas a receber de clientes e outros	(29.419)	(32.931)	(11.414)	(41.544)
Impostos e contribuições a recuperar	(8.491)	(13.790)	20.285	6.313
Estoques	617	(1.148)	(297)	(1.137)
Depósitos judiciais	(1.313)	(2.201)	(1.091)	(3.326)
Despesas pagas antecipadamente	(554)	(4.226)	(4.413)	(4.383)
Outros ativos	10.731	(16.634)	(7.900)	(19.108)
	<u>(28.429)</u>	<u>(70.930)</u>	<u>(1.830)</u>	<u>(63.185)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	96.323	80.642	(4.760)	(21.466)
Salários e encargos a pagar	332	2.529	(7.322)	(3.186)
Encargos de dívidas e swap pagos	(35.115)	(52.612)	(21.923)	(44.294)
Taxas regulamentares	5.952	11.451	6.344	11.345
Impostos e Contribuições a recolher	(2.716)	(7.465)	592	(11.133)
Indenizações/Contingências pagas	(8.207)	(14.210)	(3.735)	(6.173)
Entidade de Previdência Privada	(4.480)	(11.102)	(5.177)	(11.648)
Outros passivos	8.308	16.726	(3.578)	2.199
	<u>60.397</u>	<u>25.959</u>	<u>(39.559)</u>	<u>(84.356)</u>
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>195.318</u>	<u>344.053</u>	<u>152.554</u>	<u>223.484</u>
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Captação de Empréstimos e financiamentos	-	52.182	66.670	287.618
Captação de Debêntures	-	-	360.000	360.000
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(28.686)	(84.577)	(172.324)	(216.957)
Amortização do principal de debêntures	-	(48.980)	-	(48.980)
Obrigações vinculadas	2.876	3.840	1.265	1.923
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(5.998)	(8.159)	(72.580)	(93.626)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(31.808)</u>	<u>(85.694)</u>	<u>183.031</u>	<u>289.978</u>
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Aquisição de investimentos	(269)	(269)	-	(372)
Aquisição de intangível	(101.591)	(173.082)	(74.792)	(152.160)
Titulos e valores mobiliários	61.518	670	11.327	4.459
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(40.342)</u>	<u>(172.681)</u>	<u>(63.465)</u>	<u>(148.073)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>123.168</u>	<u>85.678</u>	<u>272.120</u>	<u>365.389</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	199.298	236.788	134.140	40.871
Caixa e equivalentes no final do exercício	<u>322.466</u>	<u>322.466</u>	<u>406.260</u>	<u>406.260</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>123.168</u>	<u>85.678</u>	<u>272.120</u>	<u>365.389</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012	01/04/2011 a 30/06/2011	01/01/2011 a 30/06/2011
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	1.211.768	2.381.875	1.063.363	2.101.188
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(98.379)	(188.370)	(10.567)	(17.569)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	17	(4)	(94)	(649)
	<u>1.113.406</u>	<u>2.192.901</u>	<u>1.052.703</u>	<u>2.082.971</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(433.305)	(791.066)	(326.394)	(663.485)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(43.480)	(87.284)	(38.742)	(77.510)
Matérias-primas consumidas	(1.123)	(2.530)	(1.394)	(3.037)
Matérias, serviços de terceiros e outros	<u>(169.363)</u>	<u>(306.238)</u>	<u>(137.339)</u>	<u>(257.141)</u>
	<u>(647.271)</u>	<u>(1.187.118)</u>	<u>(503.869)</u>	<u>(1.001.173)</u>
Valor adicionado bruto	466.135	1.005.783	548.834	1.081.798
Amortização	(34.781)	(65.917)	(35.032)	(70.855)
Valor adicionado líquido	431.354	939.866	513.802	1.010.943
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	29.160	62.685	33.410	76.254
Valor adicionado total a distribuir	460.514	1.002.551	547.212	1.087.198
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remunerações	21.506	41.686	20.254	38.704
Encargos sociais (exceto INSS)	4.404	9.011	4.623	8.350
Entidade de previdência privada	2.818	5.841	2.422	4.632
Auxílio alimentação	2.148	4.310	2.820	4.564
Convênio assistencial e outros benefícios	848	1.451	869	1.422
Rescisões	1.431	5.268	1.527	1.220
Férias e 13º salário	4.584	9.570	4.170	10.908
Plano de saúde	963	1.842	980	1.925
Indenizações trabalhistas	1.662	2.248	805	1.164
Participação nos resultados	4.192	6.431	6.136	8.809
Administradores	450	881	918	1.324
Encerramento de ordem em curso	162	308	179	299
(-) Transferência para Ordens	<u>(10.001)</u>	<u>(18.755)</u>	<u>(9.821)</u>	<u>(18.942)</u>
Subtotal	35.167	70.092	35.880	64.378
Impostos, taxas e contribuições				
INSS (sobre folha de pagamento)	5.174	10.233	4.888	9.886
ICMS	227.796	455.169	203.236	401.551
PIS/COFINS sobre faturamento	105.730	207.055	89.537	179.391
Imposto de renda e contribuição social	(1.645)	8.445	15.558	30.491
Obrigações intra-setoriais	54.313	114.545	56.193	110.719
Outros	547	1.952	693	1.842
Subtotal	391.915	797.399	370.105	733.880
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros e variações cambiais	46.038	96.350	60.866	127.775
Aluguéis	471	912	534	920
Subtotal	46.509	97.262	61.400	128.695
Remuneração de Capitais Próprios				
Juros sobre capital próprio	-	-	22.413	44.826
Lucro / Prejuízos	<u>(13.077)</u>	<u>37.798</u>	<u>57.413</u>	<u>115.420</u>
Subtotal	(13.077)	37.798	79.826	160.246
Valor adicionado distribuído	460.514	1.002.551	547.212	1.087.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Energética de Pernambuco – CELPE (“CELPE” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de distribuição e comercialização aos consumidores finais de energia elétrica, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, assim como os serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia relacionada com atividades no âmbito do Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife - Pernambuco.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedra de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², regulado pelo Contrato de Concessão n° 26, firmado em 30 de março de 2000, com vigência até 30 de março de 2030.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Estas Informações Trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2011, descritas na nota explicativa n° 2 da referida demonstração, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

As informações trimestrais contemplam os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 – Demonstrações Intermediárias, bem como outras informações consideradas relevantes.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 18 de julho de 2012, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

Adicionalmente, a informação contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi reclassificada, para melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A apresentação entre os saldos publicados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	31/12/11	
	Publicado	Reclassificado
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes e outros	815.392	821.851
Impostos e Contribuições a recuperar	53.433	56.276
Despesas pagas antecipadamente	5.161	2.307
Outros ativos circulantes	26.430	19.983
Ativo não circulante		
Impostos e contribuições sociais diferidos	164.542	118.526
Passivo não circulante		
Impostos e contribuições sociais diferidos	46.016	-

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/12	31/12/11
Caixa e Depósitos bancários à vista	16.285	12.316
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4.641	3.205
Fundos de investimento	301.539	221.267
	<u>322.466</u>	<u>236.788</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, risco insignificante de mudança no valor, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentuais que variam de 95% a 101%.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

	Ref.	30/06/12	31/12/11
Consumidores	(a)	1.320.148	1.345.253
Títulos a receber	(b)	2.229	2.257
Comercialização de energia na CCEE	(c)	28.314	27.447
Disponibilização do sistema de distribuição		21.542	15.273
Serviços prestados a terceiros		69.217	74.036
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(d)	29.677	6.459
Outros créditos		31.773	30.062
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	(421.918)	(263.766)
Total		1.080.982	1.237.021
Circulante		723.932	821.851
Não circulante		357.050	415.170

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Setor privado							
Residencial	382.171	81.552	160.837	624.560	648.148	(315.929)	(141.145)
Industrial	76.778	7.855	69.201	153.834	157.710	(48.929)	(45.505)
Comercial, serviços e outras	110.463	21.393	37.942	169.798	171.912	(34.403)	(25.507)
Rural	36.768	7.511	34.850	79.130	76.682	(14.502)	(28.491)
	606.180	118.311	302.830	1.027.322	1.054.452	(413.763)	(240.648)
Setor público							
Poder público							
Federal	7.710	215	2.507	10.431	11.718	(986)	(1.358)
Estadual	13.976	237	804	15.017	15.724	(938)	(1.292)
Municipal	93.014	7.335	5.997	106.347	105.425	(2.178)	(12.464)
	114.700	7.786	9.308	131.795	132.867	(4.103)	(15.114)
Iluminação pública	10.528	4.710	19.080	34.317	35.280	(1.872)	(1.783)
Serviço público	34.351	1.105	5.730	41.185	37.826	(180)	(4.274)
Fornecimento não faturado	85.529			85.529	84.828		-
Total	851.288	131.912	336.947	1.320.148	1.345.253	(419.918)	(261.819)
Circulante				1.004.368	960.958	(408.663)	(96.985)
Não circulante				315.780	384.295	(11.255)	(164.834)

As contas a receber do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

(b) Títulos a receber

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de débitos de agentes arrecadadores, alugueis, custas processuais, dentre outros.

	Saldos vincendos	Vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais 90 dias	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Setor público	46	3	32	81	110	(32)	(44)
Setor privado	1.182	107	859	2.148	2.147	(1.968)	(1.903)
Total	1.228	110	891	2.229	2.257	(2.000)	(1.947)
Circulante				1.451	1.255	(1.325)	(1.104)
Não circulante				778	1.002	(675)	(843)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores, líquidos da PCLD, são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(d) Subvenção à baixa renda – tarifa social

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, sendo considerada pela administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(261.819)	(1.947)	(263.766)
Adições	(193.697)	(221)	(193.918)
Reversões	35.598	168	35.766
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>(419.918)</u>	<u>(2.000)</u>	<u>(421.918)</u>

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de empréstimos, com carência para resgate acima de 90 dias.

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/06/12	31/12/11
Disponíveis para venda						
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	mar-13	Variável	8.035	15.070
Banco do Brasil	(1)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	23.062	17.750
Banco Itaú	(2)	CDB	out-13	CDI	-	307
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jan-13	CDI	6.880	6.593
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jan-14	CDI	5.288	5.067
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jul-16	CDI	21.595	23.076
Bradesco		Fundo de Investimento	(*)	CDI	11.929	7.502
Bradesco	(2)	LFT	mar-13	CDI	21	226
Caixa Econômica Federal		CDB	diversos	CDI	204	224
Caixa Econômica Federal		LFT	diversos	CDI	7.123	6.260
Votorantim	(2)	CDB	dez-12	CDI	20	112
Votorantim	(2)	CDB	dez-12	CDI	36	1.193
Banco Itaú		CDB	jul-12	CDI	109	126
Caixa Econômica Federal		Fundo de Investimento	(*)	Variável	1.293	565
Total					<u>85.595</u>	<u>84.071</u>
Circulante					38.544	26.233
Não Circulante					47.051	57.838

(1) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras (vide nota explicativa nº 14).

(2) Constituem garantia para leilão de energia.

(*) Aplicações com liquidez imediata sem vencimento pré-determinado.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na Cetip e com portabilidade total e imediata.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	30/06/12	31/12/11
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	26.753	20.898
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	13.079	5.943
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	16.353	16.494
Programa de integração social - PIS	(c)	1.239	1.226
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	5.707	8.112
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		3.706	3.258
Imposto sobre serviços - ISS		389	345
		<u>67.226</u>	<u>56.276</u>
Não-Circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	17.567	14.490
		<u>17.567</u>	<u>14.490</u>
Total		<u><u>84.793</u></u>	<u><u>70.766</u></u>

(a) O ativo de Imposto de renda (IR) e a Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados a prestação de serviços da Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000.

(c) O PIS e a COFINS a recuperar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, das retenções de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade, conforme disposto no Parecer SRFB Cosit nº. 27/2008.

7. SERVIÇOS EM CURSO

	30/06/12	31/12/11
Serviço próprio	29.014	19.575
Serviços prestados a terceiros	39.968	38.157
Transf. fabric. reparo de materias	1.200	1.119
Total	<u><u>70.182</u></u>	<u><u>58.851</u></u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

Estão classificados nesse grupo os serviços próprios, os serviços para terceiros em curso, e os serviços em curso referente à transformação, à fabricação e ao reparo de material nos quais constam valores referentes aos gastos com Pesquisa e Desenvolvimento – P&D no montante de R\$ 8.318 (R\$ 4.848 em 31 de dezembro de 2011) e Programa de Eficientização Energética – PEE, no montante de R\$ 47.767 (R\$ 43.698 em 31 de dezembro de 2011) que serão transferidos para os respectivos grupos de taxas regulamentares (nota 17) quando os projetos forem concluídos.

8. OUTROS ATIVOS

	<u>Ref.</u>	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Adiantamentos a empregados		2.621	1.288
Adiantamentos a fornecedores		8	13
Serviços prestados a terceiros		4.567	4.930
Alienações em curso		1.562	1.614
RGR a compensar		-	114
Precatório - Finsocial/PAES	(a)	5.057	5.030
Dispêndios a reembolsar em curso		10	-
Cobrança extra judicial	(b)	5.590	5.590
Uso mútuo de postes		720	1.329
Títulos de crédito a receber		1.638	1.638
Outros créditos a receber		665	595
Total		<u>22.438</u>	<u>22.141</u>
Circulante		20.280	19.983
Não Circulante		2.158	2.158

(a) Valor referente a inclusão de débitos indevido na composição do parcelamento PAES, constatado após revisão solicitada pela empresa a RFB - Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 4.273, sendo R\$ 2.792 de principal e R\$ 1.481 acréscimos legais.

(b) Cobrança extra judicial referente ao ICMS das aquisições de óleo diesel, destinadas à produção de energia elétrica em Fernando de Noronha-PE, onde a saída de energia elétrica é amparada pela isenção e com isto estes valores de ICMS passam a integrar o custo da geração.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social está constituída à alíquota de 9%.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

	Ativo			
	30/06/12		31/12/11	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	360.648	90.162	351.467	87.867
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	345.969	31.137	340.656	30.659
Total		<u>121.299</u>		<u>118.526</u>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	30/06/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	71.944	71.944	55.087	55.087
Provisão para passivo atuarial	289.489	289.489	291.672	291.672
Provisão para demissão voluntária	602	602	927	927
Provisão para contingências	62.970	62.970	60.564	60.564
Provisão PLR	3.837	3.837	2.541	2.541
Ajustes RTT				
Ativos e passivos regulatórios	35.200	35.200	61.593	61.593
Outros	18.294	3.615	14.425	3.614
Total Ativo	<u>482.336</u>	<u>467.657</u>	<u>486.809</u>	<u>475.998</u>
Passivo (-)				
Ajustes RTT				
Aplicação do "hedge accounting"	88	88	25	25
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(29.044)	(29.044)	(21.537)	(21.537)
Ajuste da quota anual de amortização	(879)	(879)	(1.654)	(1.654)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(55.050)	(55.050)	(48.636)	(48.636)
Ativos e passivos regulatórios	(35.200)	(35.200)	(61.593)	(61.593)
Custo de captação	(1.603)	(1.603)	(1.947)	(1.947)
Total Passivo	<u>(121.688)</u>	<u>(121.688)</u>	<u>(135.342)</u>	<u>(135.342)</u>
Total Líquido	<u>360.648</u>	<u>345.969</u>	<u>351.467</u>	<u>340.656</u>

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos ativos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº 371.

A expectativa de realização de créditos fiscais ativos está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	<u>Ativo</u>	
2012	12.934	32.305
2013	19.922	19.922
2014	26.445	26.445
2015	38.605	38.605
2016	44.528	44.528
Após 2016	20.239	2.737
Total	<u>162.673</u>	<u>164.542</u>

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de junho de 2012 e 2011.

	Período de três meses findos em				Período de seis meses findos em			
	30/06/12		30/06/11		30/06/12		30/06/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(14.722)	(14.722)	95.384	95.384	46.243	46.243	190.736	190.736
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(4.626)	(4.626)	(5.123)	(5.123)	(9.252)	(9.252)	(10.246)	(10.246)
Juros sobre capital próprio	-	-	(22.413)	(22.413)	-	-	(44.826)	(44.826)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	(19.348)	(19.348)	67.848	67.848	36.991	36.991	135.664	135.664
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(4.837)	(1.741)	16.962	6.106	9.248	3.329	33.916	12.210
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:								
(+) Adições								
Contribuições e doações	36	14	31	11	40	15	223	80
Multas indedutíveis	2	1	70	25	5	2	73	26
Depreciação veículos executivos	8	3	13	4	22	8	28	10
Excesso despesas previdenciárias	862	310	844	303	1.591	573	1.649	594
Outras adições	37	9	(13)	-	38	14	(12)	-
	<u>945</u>	<u>337</u>	<u>945</u>	<u>343</u>	<u>1.696</u>	<u>611</u>	<u>1.961</u>	<u>711</u>
(-) Exclusões								
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão da provisão do ágio	(2.244)	(808)	(2.485)	(895)	(4.489)	(1.616)	(4.972)	(1.790)
Incentivo fiscal SUDENE	3.248	-	(10.211)	-	(7.566)	-	(20.332)	-
Incentivos audiovisual/rounet e PAT	18	-	(284)	-	(346)	-	(1.412)	-
Outras exclusões	(1.095)	(93)	(34)	(12)	(1.581)	(93)	(34)	(12)
	<u>(73)</u>	<u>(901)</u>	<u>(13.014)</u>	<u>(907)</u>	<u>(13.982)</u>	<u>(1.709)</u>	<u>(26.750)</u>	<u>(1.802)</u>
Imposto de renda e contribuição social no período	<u>(3.965)</u>	<u>(2.305)</u>	<u>4.893</u>	<u>5.543</u>	<u>(3.038)</u>	<u>2.231</u>	<u>9.127</u>	<u>11.118</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(3.965)</u>	<u>(2.305)</u>	<u>4.893</u>	<u>5.543</u>	<u>(3.038)</u>	<u>2.231</u>	<u>9.127</u>	<u>11.118</u>

Regime Tributário de Transição - RTT

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão).

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Trabalhistas	7.184	7.172
Cíveis	14.492	12.955
Fiscais	11.533	10.393
Total	<u>33.209</u>	<u>30.520</u>

11. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 12).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes a concessão de serviço público (ativo financeiro) está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2011		269.623
Baixas		(5)
Transferências	(a)	49.894
Atualização monetária / valor justo		<u>7.507</u>
Saldos em 30 de junho de 2012		<u><u>327.019</u></u>

(a) Transferência do Intangível devido a remensuração da infraestrutura da concessão, em decorrência das novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 474/12 (vide comentários nota 12).

A concessão da Companhia não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em março de 2030. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	30/06/12				31/12/11	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	4,80%	3.120.205	(1.446.767)	(182.914)	1.490.524	1.470.311
Em curso						
Direito de uso da concessão		228.792	-	(6.738)	222.054	190.529
Total		<u>3.348.997</u>	<u>(1.446.767)</u>	<u>(189.652)</u>	<u>1.712.578</u>	<u>1.660.840</u>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.057.255	(1.387.478)	(199.466)	1.470.311	196.722	(6.193)	190.529	1.660.840
Adições					173.082	(3.840)	169.242	169.242
Baixas	(16.122)	11.454	-	(4.668)	(503)	-	(503)	(5.171)
Amortizações	-	(72.101)	4.656	(67.445)	-	-	-	(67.445)
Transferências - Intangíveis	144.157	-	(3.295)	140.862	(144.157)	3.295	(140.862)	-
Transferências - Ativos financeiros	(65.085)	-	15.191	(49.894)	-	-	-	(49.894)
Transferências - Outros	-	1.358	-	1.358	3.648	-	3.648	5.006
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>3.120.205</u>	<u>(1.446.767)</u>	<u>(182.914)</u>	<u>1.490.524</u>	<u>228.792</u>	<u>(6.738)</u>	<u>222.054</u>	<u>1.712.578</u>

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – ativo indenizável (concessão), conforme apresentada na nota explicativa nº 11.

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um consequente aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou, em 30 de junho de 2012, na reclassificação de R\$ 79.426 da conta de ativo intangível para o ativo financeiro (Nota 11), sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

(a) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avalia anualmente o valor de recuperação dos seus ativos em uso com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- ✓ Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- ✓ Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

13. FORNECEDORES

A composição do saldo em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

Fornecedores	30/06/12	31/12/11
Energia elétrica:	269.956	187.456
Terceiros	147.298	119.306
Partes relacionadas	122.658	68.150
Encargos de uso da rede	20.938	20.626
Terceiros	20.871	20.558
Partes relacionadas	67	68
Materiais e serviços	49.243	52.527
Terceiros	49.015	51.259
Partes relacionadas	228	1.268
Energia livre	25.108	23.994
Total	365.245	284.603
Circulante	340.137	260.609
Não circulante	25.108	23.994

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos			Total	
		Circulante	Circulante	Principal Não circulante	30/06/12	31/12/11
Moeda nacional						
Banco do Nordeste	10% a.a	124	10.923	5.461	16.508	21.992
BNB	10% a.a	2	8.401	-	8.403	16.811
BNB 6	10% a.a.	85	26.884	80.653	107.622	121.108
(-) Custos de transação		-	(119)	(156)	(275)	(348)
		85	26.765	80.497	107.347	120.760
BNDES FINEM	TJLP + 4,3% aa /	1.053	44.497	224.816	270.366	261.945
(-) Custos de transação	TJLP + 2,12% aa /	-	(2)	(3)	(5)	(7)
	TJLP + 3,12% aa /	1.053	44.495	224.813	270.361	261.938
	4,5% aa TJLP + 1,82% aa /					
Eletrobrás	6% a.a / 7% a.a	232	9.582	35.577	45.391	54.931
(-) Custos de transação		-	(34)	(37)	(71)	(89)
		232	9.548	35.540	45.320	54.842
FINEP	TJLP + 5% aa	77	6.643	31.007	37.727	41.062
(-) Custos de transação		-	(88)	(177)	(265)	(314)
		77	6.555	30.830	37.462	40.748
Banco do Brasil	99,5% CDI	40.580	-	157.892	198.472	181.236
Operações com swap		-	-	(18.060)	(18.060)	(8.721)
		40.580	-	139.832	180.412	172.515
Banco do Brasil	98,5% CDI	11.647	-	75.000	86.647	82.892
(-) Custos de transação		-	(580)	(335)	(915)	(1.190)
		11.647	(580)	74.665	85.732	81.702
Outros	TR + 1,6% / TR + 2,1%	-	16	25	41	52
Total moeda nacional		53.800	106.123	591.663	751.586	771.360
Moeda estrangeira						
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	72,5% CDI / 92% CDI	-	1.308	4.641	5.949	6.205
Operações com swap		-	85	(227)	(142)	334
		-	1.393	4.414	5.807	6.539
Total moeda estrangeira		-	1.393	4.414	5.807	6.539
Total		53.800	107.516	596.077	757.393	777.899

(a) Captações de recursos no exercício

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu o volume de R\$ 38.410 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento N° 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010 e março de 2011.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

O contrato mantido com o BNDES/FINEM contem cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré estabelecidos, como segue:

BNDES FINEM 2006 - Endividamento Financeiro/EBITDA menor ou igual a 3,5 e Endividamento Financeiro Líquido / (Endividamento Líquido + PL) menor ou igual a 0,50.

Nas informações trimestrais encerradas em 30 de junho de 2012 e demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, avais dos Governos Federal e Estadual, notas promissórias e aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/06/12			31/12/11		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2013	54.660	(412)	54.248	98.563	(816)	97.747
2014	312.974	(165)	312.809	309.686	(165)	309.521
2015	96.387	(85)	96.302	89.836	(85)	89.751
2016	70.508	(33)	70.475	63.831	(33)	63.799
2017	46.034	(12)	46.022	35.971	(10)	35.961
Após 2017	16.221	-	16.221	12.472	-	12.472
Total	<u>596.784</u>	<u>(707)</u>	<u>596.077</u>	<u>610.360</u>	<u>(1.109)</u>	<u>609.251</u>

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	167.108	604.252	1.540	4.999	777.899
Ingressos	13.772	38.410	-	-	52.182
Encargos	32.402	-	136	-	32.538
Variação monetária e cambial	-	-	82	328	410
Swap	-	(2.372)	(229)	(338)	(2.939)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(16)	-	79	63
Transferências	49.012	(49.012)	654	(654)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(102.382)	(3)	(790)	-	(103.175)
(-) Custos de transação	11	404	-	-	415
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>159.923</u>	<u>591.663</u>	<u>1.393</u>	<u>4.414</u>	<u>757.393</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

15. DEBÊNTURES E ENCARGOS

Debêntures	Série	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	Taxa Efetiva	Swap	30/06/12				31/12/11
						Encargos	Principal			Total
						Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
2ª Emissão	Iª		108,5% do CDI	15,27%		2.196	97.959	48.980	149.135	199.690
(-) Custos de transação						-	(400)	(23)	(423)	(808)
						2.196	97.559	48.957	148.712	198.882
3ª Emissão	Única		105% do CDI	13,67%		199	85.000	-	85.199	85.293
(-) Custos de transação						-	(23)	-	(23)	(76)
						199	84.977	-	85.176	85.217
4ª Emissão	Única		111,3% do CDI	0,1465		6.333	-	360.000	366.333	368.337
(-) Custos de transação						-	(311)	(860)	(1.171)	(1.324)
						6.333	(311)	359.140	365.162	367.013
Total						8.728	182.225	408.097	599.050	651.112

(a) Condições restritivas financeiras (covenants)

As escrituras de emissões das debêntures prevêem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas informações trimestrais encerradas em 30 de junho de 2012 e demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(b) Garantias

Para a 3ª e a 4ª Emissão de debêntures foi dada garantia de aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/06/12			31/12/11		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2013	48.980	(182)	48.798	97.959	(476)	97.483
2014	-	(312)	(312)	-	(312)	(312)
2015	144.000	(247)	143.753	144.000	(247)	143.753
2016	144.000	(123)	143.877	144.000	(123)	143.877
2017	72.000	(19)	71.981	72.000	(19)	71.981
Total	408.980	(883)	408.097	457.959	(1.177)	456.782

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	194.330	456.782	651.112
Encargos	30.341	-	30.341
Transferências	48.841	(48.841)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(82.993)	-	(82.993)
(-) Custos de transação	435	155	590
Saldos em 30 de junho de 2012	190.954	408.096	599.050

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

16. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Salários	4.013	5.451
Provisões férias e 13º salário	7.813	5.913
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	4.310	3.580
Provisão PLR	3.837	2.541
Outros	845	804
Total	<u>20.818</u>	<u>18.289</u>

17. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>Ref.</u>	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Reserva Global de Reversão – RGR		5.891	3.015
Conta de Consumo de Combustível – CCC		11.299	16.710
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		2.234	1.995
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		927	925
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		463	462
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	34.493	30.647
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	67.513	53.564
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		491	491
Encargo do Serviço do Sistema - ESS		3.669	7.723
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		1.391	1.388
Total		<u>128.371</u>	<u>116.920</u>
Circulante		85.173	63.990
Não Circulante		43.198	52.930

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs. 300/2008 e 316/2008.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/06/12	31/12/11
Circulante		
Imposto de renda - IR	1.896	373
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	3.478	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	77.194	80.854
Programa de integração social - PIS	3.330	3.659
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	15.366	16.856
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.558	2.423
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	727	988
Imposto sobre serviços - ISS	1.184	1.564
Parcelamento de tributos	-	790
Outros	5.987	6.033
	<u>110.720</u>	<u>113.540</u>
Não-Circulante		
Imposto de renda - IR	-	1.654
	-	1.654
Total	<u>110.720</u>	<u>115.194</u>

O passivo corresponde ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre faturas a pagar a fornecedores e sobre os Juros sobre Capital Próprio, em favor da Neoenergia, depositado em juízo, conforme nota explicativa nº 20.

19. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A Assembleia de Acionistas da Companhia aprovou a declaração de dividendos propostos e distribuição de reserva de lucros da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
<u>2012</u>					
AGO de 18 de abril de 2012	Dividendos	58.050	0,7772528	0,7772528	0,8549781

A movimentação dos saldos de dividendos e JSPC a pagar para o primeiro trimestre de 2012 é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	22.653
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	58.050
Pagos no período	(8.159)
Prescritos	(87)
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>72.457</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

20. PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 12.223 classificadas no passivo circulante (R\$ 8.904 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 50.747 no não circulante (R\$ 51.659 em 31 de dezembro de 2011) são compostas como segue:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	26.406	32.722	1.435	60.563
Constituição	8.333	8.828	-	17.161
Baixas/reversão	(9.064)	(8.568)	(6)	(17.638)
Remuneração	1.206	1.678	-	2.884
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>26.881</u>	<u>34.660</u>	<u>1.429</u>	<u>62.970</u>

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingências Trabalhistas	Ref.	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
		Atualizado	Instância		30/06/12	31/12/11
Ex-empregados da Companhia		2.423	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.423	3.159
		7.954	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		123.607	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras		24.186	1ª, 2ª e 3ª	Provável	24.186	22.912
		40.575	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.950	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados		272	1ª, 2ª e 3ª	Provável	272	335
		268	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		439	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>202.674</u>			<u>26.881</u>	<u>26.406</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do índice de atualização de processos trabalhistas, divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo danos materiais e/ou danos morais.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

Contingências Cíveis	Ref.	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
		Atualizado	Instância		30/06/12	31/12/11
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	(1)	4.631	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.631	5.395
		2.518	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.527	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(2)	7.384	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.384	6.203
		102.033	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.582	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(3)	8.013	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.013	8.305
		48.369	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.436	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	(4)	3.950	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.950	3.402
		35.850	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.360	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		5.871	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.871	5.663
		29.343	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.578	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		15	1ª, 2ª e 3ª	Provável	15	14
		2.281	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		86	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		4.894	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.417	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		1.371	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.371	1.063
		4.337	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		211	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações		684	1ª, 2ª e 3ª	Provável	684	640
		1	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Racionamento de Energia Elétrica		15	1ª, 2ª e 3ª	Provável	15	14
		2.020	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(5)	2.726	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.726	2.023
		3.324	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		86.753	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>371.586</u>			<u>34.660</u>	<u>32.722</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

(1) Clientes - Tarifas plano cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(2) Indenização por perdas - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

(3) Acidente de terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

(4) Comercialização de energia, serviços e produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida.

(5) Outras - Referem-se a litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingências Fiscais	Ref.	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
		Atualizado	Instância		30/06/12	31/12/11
ICMS	(1)	314.924	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	(2)	770	1ª, 2ª e 3ª	Provável	383	383
		23.274	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.134	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		2.980	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.211	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184	184
CSLL		24.927	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU		2.297	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		275	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
PIS/COFINS		20.866	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(3)	4.333	1ª, 2ª e 3ª	Provável	372	371
		17.856	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
IRPJ	(4)	6.637	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	490
		417.436	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		247.743	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Taxas Diversas		5.276	Administrativa	Possível	-	-
		4.277	Administrativa	Remota	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE		-	Judicial	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	7
Outras		49.286	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		12	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		1.146.515			1.429	1.435

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

(1) ICMS

(1.1) Auto de infração contra a Companhia em 10/2010 no montante de R\$ 7.243 decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.2) Auto de infração contra a Companhia em 10/2010 no montante de R\$ 2.596 decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de compras de fornecedores Micro Empresa e créditos em duplicidade. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de R\$ 2.287 foi objeto de impugnação administrativa.

(1.3) Auto de infração contra a Companhia de alguns projetos de 1999 no montante de R\$ 781. Refere-se à dedução a maior do ICMS em virtude de divergência na modalidade de incentivo cultural utilizada pela CELPE em alguns projetos.

(1.4) Auto de infração contra a Companhia em 12/2010 no montante de R\$ 28.941 decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de Compras com Entrega Futura e Micro Empresa. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.5) Auto de infração contra a Companhia em 09/2011 no montante de R\$ 213.546 decorrente de isenção aos clientes Rurais e Poder Público. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de R\$ 185.393 foi objeto de impugnação administrativa.

(1.6) Auto de infração contra a Companhia em 06/2010 no montante de R\$ 2.653 decorrente de ICMS do diferencial de alíquotas-aquisições fora do Estado. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.7) Auto de infração contra a Companhia em 06/2010 no montante de R\$ 34.451 decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

(2) ISS – Refere-se a discussão sobre a não exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros.

(3) COFINS – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

(4) IRPJ

(4.1) Provável - Autos de infração nos quais se discute lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(4.2) Possível - Autos de infração lavrados em 2007 e 2010 nos quais a Receita Federal do Brasil não reconheceu a dedutibilidade das despesas com a amortização do ágio gerado na privatização dos anos-calendários 2001 a 2008. Os autos encontram-se aguardando julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(5) Outras – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

21. OUTROS PASSIVOS

	Ref	30/06/12	31/12/11
Consumidores	(1)	11.221	12.135
Empregados - adiantamento acordo coletivo		15	9
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		6.550	6.393
Convênios		29	22
Caução em garantia	(2)	17.668	9.876
FGTS Conta empresa		129	129
Encargos CBEE		1.678	1.680
Taxa Iluminação Pública - TIP	(3)	11.494	8.466
Adiantamentos recebidos	(4)	25.303	19.930
Outras		4.881	3.602
Total		78.968	62.242
Circulante		63.826	54.572
Não circulante		15.142	7.670

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(2) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento do contrato, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(3) Taxa de Iluminação Pública – TIP – Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.

(4) Adiantamentos recebidos – Referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDOCapital social

O capital social autorizado da Companhia em 30 de junho de 2012 e 2011 é de R\$ 700.000 e o integralizado é de R\$ 590.174.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM MIL)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	66.023	99,6	464	6,1	400	53,9	66.887	89,6
Outros	280	0,4	7.103	93,9	342	46,1	7.725	10,4
Total	66.303	100,0	7.567	100,0	742	100,0	74.612	100,0

Acionistas	R\$ (EM MIL)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	522.236	99,6	3.670	6,1	3.164	53,9	529.070	89,6
Outros	2.215	0,4	56.184	93,9	2.705	46,1	61.104	10,4
Total	524.451	100,0	59.854	100,0	5.869	100,0	590.174	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de capital

a) Reserva especial de ágio

Essa reserva, no montante de R\$ 454.999, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

b) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 73.004, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em dezembro de 2010, através do Laudo Constitutivo nº. 0157/2011, com validade até 2019.

A Companhia apurou no semestre findo em 30 de junho de 2012, o valor de R\$ 7.566 (R\$ 40.629 em 31 de dezembro de 2011) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando este incentivo, de redução de 75%, no imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal por já ter atingido esse limite.

Outros resultados abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26, inclui os ganhos e perdas, não realizados decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Ref.	Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em	
		30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Fornecimento de energia	(a)	481.379	384.481	943.467	761.454
Receita de operação e manutenção		471.828	381.695	926.060	756.209
Remuneração financeira wacc		9.551	2.786	17.407	5.245
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	1	3.182	723	12.212
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	625.071	584.105	1.245.544	1.148.278
Receita de operação e manutenção		612.652	579.875	1.222.576	1.140.367
Remuneração financeira wacc		12.419	4.230	22.968	7.911
Receita de construção da infraestrutura da concessão		101.114	80.858	173.087	156.719
Outras receitas	(d)	4.203	10.737	19.054	22.525
Total receita bruta		1.211.768	1.063.363	2.381.875	2.101.188
(-) Dedução receita bruta	(e)	(386.739)	(347.858)	(774.556)	(689.352)
Total receita operacional líquida		825.029	715.505	1.607.319	1.411.836

(a) Fornecimento de Energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Nº de consumidores faturados (*)		Período de três meses findos em				Período de seis meses findos em				
	30/06/12	30/06/11	MWh		R\$ mil		MWh		R\$ mil		
			30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11	
Consumidores:											
Residencial	2.773.084	2.713.901	1.001.702	974.907	412.186	351.570	2.042.998	1.989.350	841.072	708.407	
Industrial	12.635	13.317	391.218	490.946	153.293	167.954	788.790	986.403	301.648	326.403	
Comercial	199.642	200.244	564.841	512.171	261.404	221.595	1.128.012	1.035.079	510.766	435.365	
Rural	177.376	173.376	165.662	142.192	36.782	33.675	320.744	274.915	70.955	63.995	
Poder público	22.044	21.743	159.142	144.584	71.065	60.131	309.224	282.868	134.628	115.376	
Iluminação pública	5.185	5.058	101.536	100.304	27.031	25.017	204.771	204.333	53.805	49.736	
Serviço público	2.894	2.599	155.167	147.840	50.032	43.850	313.468	298.805	97.525	85.839	
Consumo próprio	234	242	3.326	3.547	-	-	6.581	7.173	-	-	
Suprimento	29	32	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	2.001	2.824	-	-	701	4.112	
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo (1)	-	-	-	-	(579.177)	(553.996)	-	-	(1.156.349)	(1.088.696)	
	3.193.123	3.130.512	2.542.594	2.516.491	434.617	352.619	5.114.588	5.078.926	854.751	700.537	
Acordo geral do setor elétrico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	46.762	31.862	-	-	88.716	60.917	
Total	3.193.123	3.130.512	2.542.594	2.516.491	481.379	384.481	5.114.588	5.078.926	943.467	761.454	

(1) Vide comentários nota (c) a seguir.

(*) Informações não examinadas por auditores independentes.

Reajuste Tarifário 2012

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.283, de 24 de abril de 2012, publicada no diário oficial da união de 27 de abril de 2012, fixou em 7,71% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 7,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,01% aos componentes financeiros.

O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 5,41%. Coincidentemente este efeito médio se mantém o mesmo para os clientes atendidos tanto em baixa tensão (residências e outros) quanto em alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 29 de abril de 2012 a 28 de abril de 2013.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Ref.	Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre	45.894	30.109	89.195	59.582
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	579.177	553.996	1.156.349	1.088.696
	<u>625.071</u>	<u>584.105</u>	<u>1.245.544</u>	<u>1.148.278</u>

(a) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(d) Outras receitas

	Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Renda da prestação de serviços	614	1.680	1.340	1.956
Arrendamentos e Aluguéis	4.598	4.030	9.092	7.652
Serviço taxado	1.569	976	3.114	1.689
Taxa de iluminação pública	2.031	1.895	4.012	3.612
Administração de faturas de fraudes	(4.769)	(660)	(4.592)	1.666
Multa Infração Consumidor	(61)	2.561	5.615	5.342
Outras receitas	222	255	473	608
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>4.203</u>	<u>10.737</u>	<u>19.054</u>	<u>22.525</u>

(e) Dedução receita bruta

	Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
IMPOSTOS:				
ICMS	(227.794)	(203.236)	(455.169)	(401.551)
PIS	(18.872)	(15.913)	(36.933)	(31.924)
COFINS	(86.857)	(73.624)	(170.122)	(147.467)
ISS	(377)	(366)	(736)	(713)
ENCARGOS SETORIAIS:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(8.351)	(7.730)	(16.921)	(15.089)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(6.702)	(5.985)	(13.405)	(11.970)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(24.439)	(34.058)	(59.701)	(65.709)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(7.765)	(2.671)	(10.927)	(5.742)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(1.395)	(1.069)	(2.660)	(2.297)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(698)	(534)	(1.330)	(1.148)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.395)	(1.069)	(2.665)	(2.297)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(2.093)	(1.603)	(3.990)	(3.445)
Total	<u>(386.739)</u>	<u>(347.858)</u>	<u>(774.556)</u>	<u>(689.352)</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custo / Despesas	Período de três meses findos em				Período de seis meses findos em					
	30/06/12		30/06/11		30/06/12		30/06/11			
	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total	bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(16.325)	(6.665)	(14.000)	(36.990)	(37.246)	(33.288)	(13.003)	(27.142)	(73.433)	(68.047)
Administradores	-	-	(535)	(535)	(1.099)	-	-	(1.051)	(1.051)	(1.584)
Entidade de previdência privada	(862)	(253)	(1.703)	(2.818)	(2.423)	(2.111)	(477)	(3.253)	(5.841)	(4.632)
Material	(2.231)	(94)	(148)	(2.473)	(3.040)	(4.684)	(180)	(163)	(5.027)	(5.855)
Combustível para produção de energia	(1.123)	-	-	(1.123)	(1.394)	(2.530)	-	-	(2.530)	(3.037)
Serviços de terceiros	(28.543)	(15.328)	(12.442)	(56.313)	(43.001)	(57.509)	(30.493)	(24.555)	(112.557)	(75.262)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(842)	(632)	-	(1.474)	(1.475)	(1.695)	(1.253)	-	(2.948)	(3.022)
Energia elétrica comprada para revenda	(433.306)	-	-	(433.306)	(326.394)	(791.066)	-	-	(791.066)	(663.485)
Encargos de uso do sistema transmissão	(43.480)	-	-	(43.480)	(38.742)	(87.284)	-	-	(87.284)	(77.510)
Depreciação e amortização	(26.280)	(6.048)	(2.453)	(34.781)	(35.033)	(48.915)	(12.097)	(4.905)	(65.917)	(70.855)
Arrendamentos e aluguéis	(133)	(151)	(187)	(471)	(533)	(258)	(313)	(341)	(912)	(920)
Tributos	(53)	(36)	(81)	(170)	(328)	(643)	(124)	(449)	(1.216)	(1.129)
Provisões líquidas - PCLD	-	(80.327)	-	(80.327)	(1.081)	-	(158.152)	-	(158.152)	(5.012)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(18.052)	-	(18.052)	(9.486)	-	(30.818)	-	(30.818)	(12.557)
Provisões líquidas - contingências	(56.260)	56.260	(782)	(782)	(5.301)	(108.737)	108.737	478	478	(9.396)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(101.114)	-	-	(101.114)	(80.858)	(173.087)	-	-	(173.087)	(156.719)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	17	17	(94)	-	-	(4)	(4)	(649)
Outros	(534)	(573)	(7.572)	(8.679)	(5.138)	(905)	(1.087)	(14.054)	(16.046)	(9.909)
Total custos / despesas	<u>(711.086)</u>	<u>(71.899)</u>	<u>(39.886)</u>	<u>(822.871)</u>	<u>(592.666)</u>	<u>(1.312.712)</u>	<u>(139.260)</u>	<u>(75.439)</u>	<u>(1.527.411)</u>	<u>(1.169.580)</u>

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita Financeira	Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Renda de aplicações financeiras	7.078	11.120	14.203	16.383
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	13.286	10.573	28.630	20.126
Variação monetária	6.046	6.080	14.312	28.577
Variação cambial	6	4.254	377	7.871
Operações swap	1.920	311	3.161	1.586
Outras receitas financeiras	824	1.073	2.002	1.712
Total	<u>29.160</u>	<u>33.411</u>	<u>62.685</u>	<u>76.255</u>

Despesa Financeira	Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Encargos de dívida	(29.424)	(38.665)	(62.731)	(65.861)
Variação monetária	(8.836)	(11.453)	(15.931)	(35.665)
Variação cambial	(434)	(60)	(798)	(1.075)
Operações swap	(55)	(5.349)	(466)	(11.297)
Multas regulatórias	(3.507)	(3.580)	(8.254)	(10.405)
Outras despesas financeiras	(3.784)	(1.759)	(8.170)	(3.472)
Total	<u>(46.040)</u>	<u>(60.866)</u>	<u>(96.350)</u>	<u>(127.775)</u>

26. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/06/12			31/12/11		30/06/11
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(b)	Uso da Rede	564	-	4.084	541	-	1.692
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	290	-	-	592	-
			<u>564</u>	<u>290</u>	<u>4.084</u>	<u>541</u>	<u>592</u>	<u>1.692</u>
CELPE	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	3.287	3.287	-	1.917	1.917	-
COSERN	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	512	553	-	357	705	-
TERMOPERNAMBUCO	(a.1)	Energia comprada	-	120.673	(240.193)	-	65.833	(223.188)
	(a.3)	Uso da Rede	-	39	(245)	-	39	(226)
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	713	-	-	441	-
			<u>-</u>	<u>121.425</u>	<u>(240.438)</u>	<u>-</u>	<u>66.312</u>	<u>(223.414)</u>
ITAPEBI	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	4.122	793	-	2.403	821	-
GERAÇÃO CII	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	194	-	-	104	-
NC ENERGIA	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	138	-	-	31	-
NEOENERGIA SERVIÇOS	(d)	Prestação de serviço	-	435	(3.041)	-	907	(1.839)
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	41	-	-	15	-
			<u>-</u>	<u>476</u>	<u>(3.041)</u>	<u>-</u>	<u>922</u>	<u>(1.839)</u>
BAGUARI I	(a.2)	Energia comprada	-	253	(1.195)	-	295	(1.125)
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	136	-	-	92	-
			<u>-</u>	<u>389</u>	<u>(1.195)</u>	<u>-</u>	<u>387</u>	<u>(1.125)</u>
BAHIA PCH I	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	85	-	-	48	-
RIO PCH I	(a.2)	Energia comprada	-	203	(959)	-	237	(903)
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	99	-	-	55	-
			<u>-</u>	<u>302</u>	<u>(959)</u>	<u>-</u>	<u>292</u>	<u>(903)</u>
NEOENERGIA INVESTIMENTOS	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	4	-	-	6	-
GOIAS SUL	(a.2)	Energia comprada	-	156	(736)	-	182	(641)
	(g)	Crédito de ICMS	-	-	-	-	-	-
			<u>-</u>	<u>71</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67</u>	<u>-</u>
			<u>-</u>	<u>227</u>	<u>(736)</u>	<u>-</u>	<u>249</u>	<u>(641)</u>
AFLUENTE GERAÇÃO	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	43	-	-	45	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(c)	Uso da Rede	-	23	(114)	-	26	(125)
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	288	-	-	289	-
			<u>-</u>	<u>311</u>	<u>(114)</u>	<u>-</u>	<u>315</u>	<u>(125)</u>
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	635	-	-	506	-
ÁGUAS DA PEDRA	(a.2)	Energia comprada	-	1.373	(6.486)	-	1.603	(6.107)
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	522	-	-	312	-
			<u>-</u>	<u>1.895</u>	<u>(6.486)</u>	<u>-</u>	<u>1.915</u>	<u>(6.107)</u>
CIA. TELES PIRES	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	584	-	-	2.760	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	1.110	-	-	-	-
CALANGO 1	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	19	-	-	2	-
CALANGO 2	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	20	-	-	2	-
CALANGO 3	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	18	-	-	2	-
CALANGO 4	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	18	-	-	2	-
CALANGO 5	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	23	-	-	2	-
MEL 2	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	31	-	-	48	-
ARIZONA 1	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	6	-	-	1	-
CAETITÊ 1	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	20	-	-	3	-
CAETITÊ 2	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	64	-	-	18	-
CAETITÊ 3	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	29	-	-	3	-
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.	(f)	Empréstimos e Financiamentos	-	284.055	(18.360)	-	254.217	-
Celpos	(e)	Contrato de Mútuo	-	145.094	(8.330)	-	147.277	(10.464)
		Contribuição Patronal	-	146.139	(918)	-	147.456	(807)
			<u>-</u>	<u>291.233</u>	<u>(9.248)</u>	<u>-</u>	<u>294.733</u>	<u>(11.271)</u>
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	52.019	-	-	-	-
	(g)	Juros sobre capital próprio	-	20.083	-	-	20.083	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	87	-	-	1.081	-
		Aluguel/Comodato	-	50	(302)	-	50	-
			<u>-</u>	<u>72.239</u>	<u>(302)</u>	<u>-</u>	<u>21.214</u>	<u>-</u>
Amara Brasil	(d)	Prestação de serviço (almoxarifado)	-	-	(1.131)	-	299	(933)
Outros Minoritários		Dividendos	-	279	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	76	-	-	-	-
			<u>-</u>	<u>355</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica nos mercados de:

(a.1) Contratação bilateral (iniciais), aprovados pela ANEEL

Termopernambuco S.A. – Contrato com vigência até 2024, corrigido anualmente pela variação do dólar, do IGPM dos combustíveis. Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos leilões de energia promovidos e regulamentados pela ANEEL

Rio PCH I_- Contratos nº CCEAR 3465-06 e CCEAR 3495-06, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari I – Contrato no CCEAR 2571/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos nos CCEAR 2159/2005 e 2190/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Energética Águas da Pedra – Contrato nos CCEAR 4431/2006, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(a.3) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT)

Termopernambuco S.A. – Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Coelba – Contrato nº FCI 1302, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluyente e Narandiba – Contrato nº 092-2002, com vigência até 2030, corrigido anualmente mediante regulamentação ANEEL.

d) Contratos de prestação de serviços

Amara Brasil – Contrato nº 4600022367, com vigência até 15 de agosto de 2014, corrigido anualmente pela variação IPCA.

NeoServ Ltda – Contrato nº 4600019801, com vigência até 29 de agosto de 2014.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

e) Contrato de benefício

Celpos – Contrato com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

f) Contrato de empréstimo

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até abril de 2014, corrigido pela taxa de juros de 12,149% a.a (com swap de 99,5% do CDI). Contrato BB AGRO 2 com vigência até janeiro de 2014, corrigido pela taxa de juros de 98,5% do CDI.

g) Debêntures Aplicação/Emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

A Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos).

A remuneração total dos administradores para o período findo em 30 de junho de 2012 foi de R\$ 899 (R\$ 1.342 em 30 de junho de 2011), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

27. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais:

Em 30 de junho de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) é considerado como item objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e está contabilizado pelo seu valor de mercado. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros da operação (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva do seu swap.
 - ✓ Demais empréstimos, financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
 - ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
 - ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial – coerente com a política financeira do Grupo Neoenergia e da Companhia, são considerados como itens objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.
- Instrumentos financeiros derivativos
 - ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

- ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Dessa forma, são considerados como instrumentos de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	30/06/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	322.466	322.466	236.788	236.788
Titulos e valores mobiliários	85.595	85.595	84.071	84.071
Contas a receber de clientes e outros	1.080.982	1.080.982	1.237.021	1.237.021
Fundos vinculados				
Passivo				
Fornecedores	(365.245)	(365.245)	(284.603)	(284.603)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(198.472)	(198.472)	(181.236)	(181.236)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(571.174)	(571.174)	(598.845)	(598.845)
Debêntures em moeda nacional	(599.050)	(599.050)	(651.112)	(651.317)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira	(5.949)	(5.949)	(6.205)	(6.205)
Instrumentos financeiros derivativos	18.202	18.202	8.387	8.387

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap dólar para CDI e IGP-M e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Foram contratadas operações de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

Consoante facultado pela Deliberação CVM 604, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia contabilizou os instrumentos derivativos de acordo com a

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting). Por essa metodologia, os impactos na variação do valor justo dos derivativos utilizados como instrumento de hedge são reconhecidos no resultado de acordo com o reconhecimento do item que é objeto de hedge. Os hedges da Companhia foram avaliados como efetivos.

Os derivativos da Companhia (instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge) e as dívidas em moeda estrangeira da Companhia (respectivos itens objeto de hedge) foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de hedge foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 30 de junho de 2012, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No trimestre findo em 30 de junho de 2012 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 9.570 (R\$ 21.432, resultado negativo em 30 de junho de 2011).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia:

	Variação na taxa do US\$	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
2º trimestre 2012	-18,36%	1.092 (1.092)	1.092 (1.092)
2º trimestre 2011	15,30%	(1.075) 1.075	(1.075) 1.075

- ✓ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco, porém, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, que possam impactar o lucro da Companhia.

	Aumento/redução em pontos base	No resultado	No patrimônio líquido
<u>30/06/2012</u>			
Ativos Financeiros			
CDI	(34)	(1.332)	(1.332)
IPCA	(74)	-	-
SELIC	(27)	(0)	(0)
IGPM	62	-	-
Passivos Financeiros			
CDI	(34)	2.328	2.328
TJLP	-	-	-
IGPM	62	-	-
IPCA	(47)	-	-
<u>30/06/2011</u>			
Ativos Financeiros			
CDI	5	237	237
IPCA	122	-	-
SELIC	15	8	8
IGPM	68	-	-
Passivos Financeiros			
CDI	5	(432)	(432)
TJLP	-	-	-
IGPM	68	(310)	(310)
IPCA	122	-	-

Essas análises de sensibilidade tem por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

✓ **Risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 30 de junho 2012 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 344.725, sendo R\$ 325.894 em fundos exclusivos e R\$ 18.831 em outros ativos, além de R\$ 47.052 de aplicações no longo prazo.

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (notas 14 e 15).

- ✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidroelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de encargos do sistema em decorrência do despacho das usinas termoeletricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

✓ Gestão do capital

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo ao qual pertencemos tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida/ EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano	≤ 2,0 segmento de distribuição
Dívida de Curto Prazo / Dívida Total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	≤ 20% segmento de distribuição
EBITDA/ Despesa financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	≥ 3,5 segmento de distribuição

28. ENTIDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

Durante o trimestre, findo em 30 de junho de 2012, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 5.560 (R\$ 4.986 em 30 de junho de 2011).

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

Os valores estão apresentados da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	12.703	12.361	132.392	134.916
Subtotal	<u>12.703</u>	<u>12.361</u>	<u>132.392</u>	<u>134.916</u>
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial			144.395	144.395
Participação ativos	1.141	2.135	-	-
Desligados PDV	422	737	180	189
Subtotal	<u>1.563</u>	<u>2.872</u>	<u>144.575</u>	<u>144.584</u>
Total	<u><u>14.266</u></u>	<u><u>15.233</u></u>	<u><u>276.967</u></u>	<u><u>279.500</u></u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética de Pernambuco - CELPE ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 30 de junho de 2011, obtidas das informações trimestrais – ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação. A

revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de junho de 2011 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 25 de julho de 2011 e 23 de janeiro de 2012, respectivamente, sem ressalvas.

Recife, 23 de julho de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE

Gilberto Bagaiolo Contador
Contador CRC 1RS069038/O-0 "T" PE